

VERDE-OLIVAS CARMESINS? MILITARES SUBALTERNOS, RADICALIZAÇÃO POLÍTICA E HISTORIOGRAFIA POLÍTICA NO BRASIL

Bruno Guedes de Carvalho¹

Introdução:

11 de novembro de 1955. Reunidos na Cinelândia, sargentos da Aeronáutica recebiam a notícia referente à negativa conjunta do então Presidente interino da República, Carlos Luz, e dos comandantes da Escola Superior de Guerra (ESG) e do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) em punir por indisciplina o Coronel Jurandir Mamede. Em cerimônia fúnebre pela morte do Gen. Canrobert Pereira, o oficial superior lançara desafiador discurso contra o Ministro da Guerra, Gen. Henrique Teixeira Lott. Articulando-se a oficiais de guarnições estratégicas do Exército e em prontidão, os praças formaram uma comitiva que rumou em direção à residência do chefe da pasta ministerial da Guerra, tentando (e conseguindo) convencê-lo a agir no sentido tanto de aplicar as penas cabíveis ao referido coronel quanto de paralisar o golpe de Estado que então se articulava.²

25 de agosto de 1961. Após a renúncia do Presidente Jânio Quadros, e em reação ao veto dos Ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica à posse do Vice-Presidente eleito, João Goulart, sargentos da Aeronáutica, alojados na Base Aérea de Canoas (RS), tentaram impedir seus comandantes de cumprirem as ordens partidas da pasta da Guerra. Sabotando os aviões, formando escudos humanos e aninhando metralhadoras antiaéreas na cabeceira da pista de decolagem, os sargentos daquela unidade militar coadunavam-se, então, à decisão do comandante do III.º Exército (RS), Gen. Machado Lopes, em apoiar a resistência articulada por Leonel Brizola em favor da legalidade.³

¹ Mestrando em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

² Cf. FERREIRA, Jorge. "Trabalhadores e soldados do Brasil: a Frente de Novembro". **In:** _____. *Imaginário Trabalhista. Getulismo, PTB e cultura política popular*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 211-276.

³ Cf. _____. "A Legalidade Traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961" **In:** *Tempo*, vol. 2, n.º 3. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997. p. 149-182.

Maio de 1963. Sargentos das Forças Armadas e Auxiliares do Estado da Guanabara organizaram cerimônia, realizada no auditório do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários (IAPC), em homenagem ao Gen. Osvino Ferreira Alves, por suas constantes manifestações de apoio às demandas das praças e aos movimentos nacionalistas populares. Dentre as alocações proferidas na cerimônia, o discurso do subtenente paraquedista Jelcy Rodrigues Correia foi, decerto, o mais impactante, por enfatizar a necessidade de união entre militares e trabalhadores, recorrendo ao uso das armas, se preciso fosse.⁴

Brasília, setembro de 1963, noite do dia 11. Contrariados com o parecer negativo dado pelo Supremo Tribunal Federal, consoante ao decidido pelo Tribunal Regional Eleitoral gaúcho, que negara a posse do sargento Aimoré Cavalheiro no legislativo riograndense, sargentos da Aeronáutica e da Marinha decidem por retaliar tal decisão com um protesto armado. Lotados na Base Aérea (BA) e no Grupamento de Fuzileiros Navais (GFN) da capital federal, as praças sublevadas pegaram em armas a fim de tomar as principais guarnições e repartições militares, estradas estratégicas, o aeroporto civil, o prédio do Ministério da Justiça e a Central Telefônica.⁵

A inoperância dos telefones, se de um lado dificultou a articulação dos comandos militares contra a insurreição, por outro também atrapalhou a organização e divulgação do levante pelas praças rebeladas, pois seus comunicados, enfáticos quanto ao problema da elegibilidade, eram transmitidos apenas pelas redes internas de comunicação das Forças Armadas, o que certamente facilitou a repressão ao levante. Situação que ficou clara diante o fracasso dos insurretos em tentar estabelecer contatos para o motim dentro do Batalhão da Guarda Presidencial. Não apenas tais tentativas malograram como ainda permitiram o início, a partir da reação do BGP, da desarticulação do levante.⁶ Mesmo em meio a informações desencontradas, já era sabido pelo Ministério da Guerra: os sargentos insurretos que falharam ao tentar controlar o Batalhão da Guarda Presidencial partiriam em um ônibus para reforçar outro grupo de sublevados que, horas antes, havia controlado o prédio do Ministério da Marinha. Chegando o ônibus às imediações do prédio ministerial da Armada, foi recebido sob forte fogo cerrado, partido dos edifícios

⁴ PARUCKER, Paulo. *Praças em Pé de Guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil, 1961-1964*. Niterói, UFF-ICHF, 1992. p. 66-69.

⁵ *Idem*, p. 148.

⁶ *Idem*, p. 155-160.

dos Ministérios da Guerra e da Aeronáutica, que acabou vitimando um jovem fuzileiro naval. Seus colegas na viatura conseguiram correr até o lado oposto do Eixo Monumental e se refugiaram na Catedral de Brasília, se rendendo pouco depois de serem cercados por blindados e tanques do Exército, no que foram seguidos pelos sargentos acantonados no prédio do Ministério da Marinha.⁷

Já raiava a manhã do dia seguinte. As praças sublevadas já aparentavam nítido desgaste psico-emocional, provocado pelas ameaças, partidas do Almirante Silvio Motta, Ministro da Marinha, de bombardeio às guarnições dominadas pelos insurretos, caso não se rendessem. Somava-se à situação a própria indefinição do líder do levante, o sargento da Aeronáutica Antônio Prestes de Paula, em definir a natureza e os propósitos do levante: apenas um protesto armado ou uma iniciativa revolucionária. A decisão pela rendição, naquela altura dos acontecimentos, parecia a mais sensata a se tomar – ainda que uma inútil tentativa de fuga por Prestes de Paula destoasse da opção dos revoltosos por se renderem sem resistência.⁸

Nos meses subseqüentes ao levante, uma ampla campanha em prol da anistia para as praças rebeladas tomou corpo junto às forças e movimentos populares de esquerda. Campanha ostensiva que culminou, em 13 de dezembro de 1963, com a realização de um ato público em solidariedade aos subalternos presos pelo movimento insurrecional de Brasília. Para além da presença de associações de subalternos das Forças Armadas e Auxiliares, o comparecimento à cerimônia de representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), do líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, e de deputados federais ligados ao grupo do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) liderado por Leonel Brizola dá uma dimensão da amplitude alcançada pela solidariedade política à luta das praças.⁹

Um campo pouco explorado

O golpe de Estado deflagrado sobre o Brasil em 1964 foi levado a cabo por grupos sociais conservadores e oficiais superiores das Forças Armadas. A orientação política de

⁷ *Idem*, p. 169-171.

⁸ *Idem*, p. 174-180.

⁹ *Idem*, p. 244-245.

"saneamento da ordem pública", defendida pelo novo governo que então principiava, se caracterizou pela necessidade de fazer refluir os movimentos políticos e sociais que atuavam no cenário histórico brasileiro de então. Estes se expressavam, mais substancialmente, nas manifestações das esquerdas pela implementação das Reformas de Base defendidas pelo então Presidente da República João Goulart. Tais manifestações foram encampadas por representantes dos trabalhadores urbanos e rurais, agremiações como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), vanguardas culturais e artísticas, intelectuais e militares subalternos das Forças Armadas e Auxiliares.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a atuação política dos militares subalternos das Forças Armadas, concentrando mais especificamente sua atenção sobre os sargentos. Procurar-se-á levar em consideração a luta em prol da conquista de benefícios que pudessem abrandar as duras condições existenciais e profissionais prescritas no "ser subalterno" daquele período, tais como alimentação de melhor qualidade, autorização ao matrimônio, direito a trajar-se à paisana quando nos períodos de folga ou férias e, sobretudo, a questão da *estabilidade profissional*. Mas as lutas abrangeram, também, reivindicações que giravam em torno da extensão dos direitos básicos de cidadania, como a liberdade ao associativismo representativo e, principalmente, a questão do *direito à elegibilidade*. Como importante elemento de pesquisa para a elaboração do presente estudo, foi utilizada como fonte a coluna "Plantão Militar", assinada pelo colunista Batista de Paula, e veiculada no jornal *Última Hora* entre 13 de fevereiro de 1957 e 31 de março de 1964.

João Batista de Paula começou sua carreira no jornalismo em 1949 no jornal *Diretrizes*, primeira experiência de Samuel Wainer no universo jornalístico impresso que antecedeu o surgimento de *Última Hora* em 1951. Paralelamente, também era redator do *Diário Trabalhista*, jornal de linha editorial diametralmente oposta à de *Diretrizes*, pois apoiava o governo do presidente Eurico Dutra, enquanto este pautava-se por fazer uma oposição à esquerda ao governo. Entre um jornal e outro, Batista de Paula teve que conciliar, durante bom tempo, o trabalho em jornais de tendências totalmente contrárias entre si com as obrigações militares inerentes então à patente de sargento, servindo na 1ª Divisão do Departamento Geral de Administração do Prédio do

Ministério da Guerra, cujo sub-chefe era o então tenente-coronel Olympio Mourão Filho, que fazia "vistas grossas" ao trabalho jornalístico de seu comandado.

Foi na condição de ex-sargento do Exército que Batista de Paula iniciou seu trabalho jornalístico em *Última Hora*. Seu conhecimento acerca do funcionamento das guarnições militares e seus comandos, bem como as relações de amizade e coleguismo que cultivara ao longo de sua vida militar, lhe permitiram livre trânsito entre várias instâncias das Forças Armadas, além de, certamente, angariar um público leitor muito particular e fiel das linhas de sua coluna "Plantão Militar", que propunha-se a servir como "caixa de ressonância" de questões relativas ao cotidiano das Forças Armadas. Dado o espectro de alcance que *Última Hora* conseguiu angariar ao longo de seus anos de publicação, sobretudo dentro das classes médias e populares, e considerando que este jornal, mesmo sendo francamente favorável ao trabalhismo, não se vinculava de forma mais orgânica a sua instância político-partidária – o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) –, é plausível supor que "Plantão Militar" gozasse de grande repercussão, certamente não circunscrita aos leitores militares.

A fronteira cronológica aqui proposta estende-se dos últimos meses do ano de 1955 até o desfecho do golpe civil-militar em março / abril de 1964. A delimitação temporal aqui proposta tem a sua razão de ser. O período em questão representa o que certamente foi uma experiência de aproximação entre os subalternos das Forças Armadas e os vários movimentos e organizações de esquerda do período. Principia com o golpe preventivo do Gen. Henrique Teixeira Lott, cuja atuação como Ministro da Guerra no governo de Juscelino Kubitschek se pautaria pela constante interlocução com sargentos e outros escalões dos subalternos militares.¹⁰ O limite temporal assinala não apenas o momento em que a luta institucional empreendida pelas praças em prol de suas demandas começaria a ganhar amparo mais amplo entre os movimentos nacionalistas de esquerda. Demarca também o início do gradual, e crescente, protagonismo alcançado pelos militares subalternos em sua atuação no cenário político nacional. Experiência que foi abrupta e violentamente anulada com o golpe civil-militar de 1964.

É de conhecimento geral que a ditadura civil-militar imposta em 1964 trouxe consigo um mote de arbitrariedades contra as liberdades individuais e coletivas somadas

¹⁰ Para uma apreciação da questão, ver: CARLONI, Karla Guilherme. *Marechal Henrique Teixeira Lott: A opção das esquerdas*. UFF-ICHF. Programa de Pós-Graduação em História Social (Tese de Doutorado). Niterói, 2010.

a atentados contra a integridade física e a vida daqueles que ousaram levantar vozes contrárias ao autoritarismo que, a partir de então, se fez reinante. É bem conhecida, também, a força exercida pelos códigos de conduta e disciplina militares por sobre os indivíduos que nela ingressam ou dela fazem parte. Em função disso, e não sem razão, a figura do militar passou à posteridade como o principal sinônimo da brutalidade e da violência empreendidas contra o cidadão e a cidadania em seus vários âmbitos.

Este trabalho tem por objetivo contribuir para o resgate da imagem dos sargentos e demais praças como uma importante peça de xadrez no tabuleiro político brasileiro nas décadas de 1950 e 1960. Muitos subalternos das Forças Armadas procuraram superar os regulamentos repressivos das instituições militares na luta pelos direitos de sua categoria, mas também pela melhoria de suas condições de vida e da cidadania de grandes parcelas da população brasileira.

A historiografia brasileira sobre a temática militar já conta com considerável quantidade de estudos acadêmicos. Entretanto, no que tange especificamente às praças, a sua menção nos referidos trabalhos é apenas ocasional, servindo como suporte à melhor compreensão da organização militar como um todo. Além disso, as Forças Armadas são, quase sempre, observadas sob o ponto de vista dos oficiais – entendidos como porta-vozes da instituição, elementos legitimadores de pressões e exigências e ponto cardeal norteador dos passos dados pelas Forças Armadas em questões políticas.¹¹ De forma geral, estes estudos se alicerçam em um referencial mecanicista ao abordarem as relações que os militares mantêm entre si. É, portanto, de cima para baixo, ignorando ou subestimando as reciprocidades entre comandantes e comandados, que a maior parte desses estudos conduzem suas argumentações. O tratamento historiográfico dos militares subalternos constitui, portanto, território ainda pouco explorado.¹² Logo, revisitar a atuação política dos subalternos militares, integrando-a ao conjunto da memória geral dos movimentos políticos e sociais defensores de reformas que

¹¹ Cf. PEIXOTO, Antônio Carlos. "Exército e política no Brasil: uma crítica dos modelos de interpretação". In: ROUQUIÉ, Alain (coord.) *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980. p. 35.

¹² Até o momento da realização deste projeto, o levantamento bibliográfico apontou apenas duas dissertações de Mestrado que tratam especificamente da questão: o já citado trabalho de Paulo Eduardo Parucker, MOROSINI, Liseane. *Mais Deveres que Direitos: os sargentos e a luta pela cidadania negada, 1930-1960*. Rio de Janeiro, UFRJ-IFCS, 1998. e RODRIGUES, Flávio Luíz. *Voices do Mar: O movimento dos marinheiros e o golpe de 64*. São Paulo: Cortez, 2004.

ampliassem o escopo dos direitos de cidadania e participação política no Brasil, mostra ser iniciativa de grande relevância.

Primeiro, porque pressupõe compreender uma conjuntura histórica onde, para sargentos e demais subalternos, as premissas básicas da cidadania eram diuturnamente negadas em favor do bom cumprimento tanto das tarefas quanto dos regulamentos militares. Conjuntura que colocava às praças a imperiosa necessidade de casar a obediência normativa inscrita no *modus vivendi* militar com o vislumbre a mudanças que tornassem seu cotidiano mais justo e digno, condizentes, assim, às suas necessidades individuais e coletivas – o que explica o papel estratégico que os sargentos atribuíam para suas lutas reivindicatórias.

Segundo, porque o resgate historiográfico da atuação política dos subalternos também implica retomar sua trajetória enquanto importante fração da esquerda nos meios militares,¹³ pelo afincado dedicado na defesa de suas demandas, e pela crescente radicalização adquirida por suas ações políticas ao longo do período aqui proposto. Visando melhorar suas condições existenciais e profissionais, as demandas dos subalternos militares encontraram crescente acolhida entre os movimentos populares nacionalistas. Desde o fim do Estado Novo, em 1945, tais movimentos foram gradualmente cerrando posições não tergiversantes em torno da luta pela ampliação das práticas democráticas no país. As Forças Armadas, e nesse interesse os subalternos militares, não passariam incólumes ante tal processo.

Episódios como o golpe preventivo do Gen. Henrique Teixeira Lott em novembro de 1955, o Levante dos Sargentos de Brasília em setembro de 1963 e a reunião dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara em março de 1964 explicitam não apenas a aglutinação entre questões específicas da Instituição militar e demandas

¹³ Sobre as esquerdas militares: MORAES, João Quartim de. *A Esquerda Militar no Brasil*. São Paulo: Siciliano, 1994; SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. e _____. *Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967; SILVA, Hélio. *O Poder Militar*. Porto Alegre: L&PM, 1984. e _____. *A Vez e a Voz dos Vencidos: militares X militares*. Petrópolis: Vozes, 1988.; GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 2003 (6ª ed.); CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um Olhar à Esquerda. A utopia tenentista na construção do pensamento de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan / São Paulo: FAPESP, 2002.; RODRIGUES, Flávio Luíz. *Vozes do Mar: O movimento dos marinheiros e o golpe de 64*. São Paulo: Cortez, 2004.; MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. Rio de Janeiro: Letras e Arte, 1963.; MOREL, Edgar (org). *A Revolta da Chibata: subsídios para a história da sublevação na esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009 e ALMEIDA, Paulo Roberto de. "Brasileiros na Guerra Civil Espanhola, 1936-1939: combatentes brasileiros na luta contra o fascismo". In: *Revista Sociologia e Política*. Curitiba: UFPR. Ano 4, nº 12, 1999. pp. 35-66.

nacionalistas de esquerda. Também evidenciam tanto a importância crescente dos subalternos militares como interlocutores políticos legítimos, quanto a gradual inflexão pela qual passaria sua atuação política. Sobretudo a partir do período de governo do Presidente da República João Goulart, na primeira metade da década de 1960, muitos subalternos optaram por assumir uma nítida posição de desafio, e mesmo enfrentamento, à disciplina e hierarquia das Forças Armadas.

Portanto, analisar a trajetória política dos militares subalternos também se revela importante ao permitir o entendimento sobre o conturbado processo de radicalização e polarização política que marcou o país entre a segunda metade dos anos 1950 e a primeira dos anos 1960, e seus reflexos e conseqüências específicos sobre a organização militar de forma geral, e para os sargentos e demais praças em particular.

Um terceiro aspecto que reforça a relevância da pesquisa acadêmica sobre os subalternos diz respeito à especificidade de sua posição na hierarquia militar – exatamente na fronteira de acesso à oficialidade – e as implicações desta situação para suas conquistas profissionais e atuação política. O rigor disciplinar prescrito para as praças nos regulamentos internos das Forças Armadas, no período aqui abordado, somada à ingerência dos comandantes em seu cotidiano profissional, constituem, ambos, elementos coercitivos que não podem ser desprezados. Para tanto converge, também, uma retórica afetiva e paternal que concebe a Instituição Militar como uma "grande família". Discurso que encontra nas místicas de *nação armada* e *espírito de corpo* suas expressões simbólicas e que, nas entrelinhas, busca reforçar o dever da submissão aos comandantes pelos subalternos.¹⁴

Considerando estas premissas, não haveria espaço, no universo militar, para que ações políticas das praças pudessem ser entendidas como processos afluídos da própria vivência histórica do cotidiano profissional e ambiente social das casernas. Ao contrário: tais experiências são, invariavelmente, classificadas como meras manifestações de indisciplina e quebra da hierarquia, portanto anômalas ao ideal coesivo pretendido pelas Forças Armadas. No entanto, se, de um lado, os princípios ideológicos e institucionais das Forças Armadas encontram no autoritarismo sua lógica

¹⁴ Sobre as místicas de nação armada e espírito de corpo, ver: COSTA, Vânia Ribeiro. "Com Rancor e Com Afeto: rebeliões militares na década de 30". In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: ANPOCS / Cortez. p. 260-291. e HAYES, Robert. *Nação Armada: a mística militar brasileira*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1991.

existencial, por outro, não faz sentido considerar tais características como preponderantes na personalidade de todos os indivíduos que as integram. Em consequência, pontuar o fato dos subalternos militares fazerem parte de uma organização que pressupõe submissão às autoridades hierárquicas superiores não significa tomá-los por submissos.

Retomar a trajetória histórica da atuação política dos subalternos militares revela-se, uma vez mais, propósito de importância salutar por demonstrar, de maneira candente, as profundas cisões que perpassavam as Forças Armadas no período aqui delimitado. Cisões manifestas não apenas no fosso institucional que separavam os subalternos da oficialidade (reforçado por mecanismos excludentes de seleção e ascensão profissional), mas também na profunda desconfiança – por vezes transfigurada em temor – que a Instituição Militar nutria em relação à atuação política das praças. A união das reivindicações por mudanças estruturais na Instituição Militar com transformações mais profundas na sociedade brasileira, encaminhadas pela atuação política dos subalternos militares, transcendia o mero debate ideológico ou partidário. Na medida em que os subalternos questionavam tanto os princípios organizativos que norteavam as Forças Armadas quanto os limites que então se interpunham ao aprofundamento da democracia no Brasil, estudar sua atuação política mostra-se fundamental por permitir reflexões mais profundas não apenas sobre as relações polissêmicas entre a Instituição Militar e a política civil como também a respeito do real espectro de alcance dos direitos de cidadania em nossa sociedade.

A retomada Dos militares como objeto de estudo

A partir da proclamação do regime republicano no Brasil, a presença e a intervenção política direta das Forças Armadas no cenário político nacional se fazia presente e, em determinados contextos históricos, se mostraria de importância fundamental. Dessa maneira, não deixa de causar estranhamento a retomada apenas recente que os meios acadêmicos – aqui, inclusos, os historiadores – empreenderam sobre os militares. Somente nos últimos cinquenta anos é que podemos pontificar uma maior atenção, da parte da historiografia brasileira, para a complexa relação entre os meios militares e civis.

Numa crescente lenta e gradual, esse envolvimento dos militares na vida política nacional, iniciado com a proclamação da República e culminado com a imposição do regime militar em abril de 1964, transcorreu em paralelo à expansão do ensino universitário e ao aprofundamento na formação intelectual e profissional dos historiadores no Brasil, a partir dos anos 1960/70. O temor da repressão implantada pela ditadura fazia com que as abordagens sobre os militares dentro dos meios acadêmicos – sobretudo as referentes ao envolvimento político destes com o meio civil – sofressem uma justificada reação negativa.¹⁵

Ainda em princípios do século XIX, o que poderia ser apontado como os primeiros sinais de uma "história militar" careciam de identidade própria: estavam amalgamados a outros campos de estudo e apresentavam forte viés literário. Apesar disso, as características do que Celso Castro chama de "história militar tradicional" já se faziam notar. Seus autores, todos eles militares de ofício, escreviam sobre o assunto movidos mais por uma afinidade subjetiva ao tema do que o conhecimento histórico propriamente dito. Chama a atenção, na escrita desses militares, a feição memorialística e/ou biográfica dando o tom em suas narrativas, sobretudo em importantes episódios do período monárquico, como os conflitos com portugueses no pós-independência, as revoltas dos tempos regenciais e, principalmente, a Guerra do Paraguai. Suas obras pautam-se pelo esquadramento factual das batalhas e o envolvimento dos seus autores nelas. Ilustram uma perspectiva romântica acerca da guerra, vista ao mesmo tempo como demonstração voluntariosa de coragem pessoal e luta patriótica em defesa dos interesses nacionais. Além disso, estas obras apresentavam características narrativo-descritivas muito flagrantes – tal como grandes compêndios de táticas, campanhas, batalhas e guerras – em que sobressaem os feitos de grandes líderes militares.¹⁶

Cabe dizer: a proclamação da República manteria inalterado esse quadro característico da historiografia sobre os militares no Brasil por mais de 60 anos. Não apenas por conta do conseqüente predomínio político do Exército, que passou a dar apoio direto a obras desse mote, como também pela criação, em 1937, da Biblioteca Militar (atualmente Biblioteca do Exército Editora ou Bibliex). Em nome do

¹⁵ CASTRO, Celso. [et.al]. "Da história militar à "nova" história militar. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV / Bom Texto, 2004. pp. 16-17.

¹⁶ *Idem*. p. 13-16.

treinamento profissional das tropas, as publicações aprovadas pela Bibliex mantiveram vivas, até períodos bem recentes, a escrita tradicional sobre a história militar posta em prática desde o início do século XX. A partir da década de 1960, no entanto, mudanças no contexto político brasileiro e na prática dos historiadores dariam início a uma gradual transformação na abordagem da história militar. Esta tem como ponto de partida alguns capítulos da coleção *História Geral da Civilização Brasileira*, organizada por Sérgio Buarque de Holanda a partir de 1960; e na primeira edição, em 1965, de *História Militar do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré.

Se em relação à evolução da historiografia brasileira sobre os militares, de um lado, os dois livros ocupam lugar de destaque como obras seminais, de outro, ambos apresentam problemas no tratamento teórico da questão. A coleção *História Geral da Civilização Brasileira* tem como principais problemas tanto o seu caráter episódico (são poucos os capítulos dedicados ao tema),¹⁷ quanto o direcionamento das argumentações (ora reproduzindo a "história militar tradicional" já há muito praticada, ora negando uma atenção mais detida ao seu objeto – os militares). Já para o autor de *História Militar do Brasil*, as ações políticas das Forças Armadas, e mesmo a identidade destas enquanto instituição, refletem as tensões políticas e sociais nascidas nos meios civis, cuja simbiose se manifesta nas filiações ideológico-partidárias angariadas dentro das casernas.¹⁸

Aliás, a idéia das atitudes militares como arco-reflexo das tensões civis, ou, em contraponto, a da preponderância de questões profissionais e organizacionais como força motriz da ação política destes; mobilizaram alguns historiadores brasileiros e brasilianistas norte-americanos, respectivamente. Apontando em direção ao fenômeno tenentista dos anos 1920, ou às tensões entre o Exército e o governo imperial no século XIX, estes pesquisadores procuravam, em seus estudos, encontrar origens históricas para as intervenções das Forças Armadas na política brasileira, cujo ápice seria o golpe deflagrado em abril de 1964.¹⁹ Outros pesquisadores movidos por este mesmo propósito, numa tentativa de síntese, congregaram estas duas vertentes sem, contudo, interagi-las de maneira mais profunda, ora resultando num quase divórcio entre

¹⁷ Para a relação desses capítulos: *Idem.* p. 18.

¹⁸ Cf. PEIXOTO, Antônio Carlos. *Op. cit.* pp. 29-30.

¹⁹ Para uma listagem desses historiadores e suas obras: CASTRO, Celso [et.al]. *Op. cit.* P. 19.

militares e civis, ora levando a influência das especificidades internas do meio militar às últimas conseqüências. São os casos de *Os Militares na Política. As mudanças de padrões na vida brasileira*, de Alfred Stepan, editado em 1971;²⁰ e *Em Busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*, de Edmundo Campos Coelho, publicado em 1976.

Alfred Stepan concebe os militares e civis como categorias estanques, ficando a relação política entre ambos restrita à cooptação dos altos comandos militares, partida e demandada pelas elites civis, no sentido daqueles intervirem rapidamente no poder a fim de garantir o restabelecimento de uma determinada "ordem pública" – premissa fundamental do que o autor estabelece como o *papel moderador* das Forças Armadas.²¹ Já Edmundo Campos Coelho, ao absolutizar o peso dos elementos internos da Instituição Militar, tomando-a monoliticamente, não apenas nega qualquer possível interesse recíproco desta com a sociedade geral como também, e indiretamente, justifica suas intervenções no poder como iniciativas tanto de salvaguarda institucional contra agitações vindas da sociedade, quanto de transplante de suas concepções organizacionais para o mundo civil.²²

Entre a segunda metade da década de 1970 e o início da de 1980, novos estudos acadêmicos passaram a ver na reciprocidade de interesses políticos entre militares e civis, não mais restrita a eventuais intervenções das Forças Armadas no poder, um ponto chave. Dentro dessa perspectiva, ganha destaque a diversidade interna, os grupos ou facções dotadas de poderes decisórios e deliberativos e mesmo as sólidas relações destes com atores políticos e movimentos sociais - em suma, a capacidade autônoma dos militares em agirem como um autêntico partido, sobretudo em momentos onde o poder civil encontra-se solapado por crises institucionais.²³

²⁰ Aqui faremos referência à tradução desta obra para a língua portuguesa, realizada em 1994 pela Editora Artenova, do Rio de Janeiro.

²¹ STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política. As mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1994. p. 63-64.

²² COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976. p. 111-118.

²³ Será justamente essa a proposta de Alain Rouquié ao coordenar a elaboração do livro *Os Partidos Militares no Brasil*.

Dois artigos de José Murilo de Carvalho,²⁴ mais o conjunto de livros escritos por sociólogos e cientistas políticos vinculados ao Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) e ao Núcleo de Estudos Estratégicos, da Unicamp, vêm dar continuidade a essa renovação historiográfica sobre os militares, marcada pelo foco sobre a interação política entre os meios militar e civil. Contestando a teoria da "origem de classe média", tão presente nas hipóteses de estudos anteriores para as intervenções militares na política, estes autores pontuaram o aprimoramento profissional dos militares em relação direta com a solidez crescente de sua politização, refletidos nos interativos contatos destes com o meio civil, dos quais eventuais golpes ou contragolpes eram apenas uma forma de expressão.²⁵

A segunda metade da década de 1980 e a de 1990 testemunhariam importantes inovações no trato teórico e historiográfico sobre os militares nos meios acadêmicos. A começar pelo uso metodológico da história oral, em livros editados pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas,²⁶ resultantes de entrevistas com militares que participaram ativamente, em instâncias as mais diversas, da ditadura militar imposta em abril de 1964 - importantes para a compreensão do período, pois que, não raro conflituosas, mas longe de serem consensuais, estas memórias representam o ponto de vista *militar* sobre aquela experiência histórica. De importância capital também foram os novos estudos produzidos dos anos 90 em diante, a maioria retomando a análise sobre a Guerra do Paraguai, em que o fica explícito o caráter plural então assumido pela historiografia militar brasileira, não mais circunscrita ao universo político. Tal mudança se caracterizaria por novos aportes teóricos emprestados da História Social e da Antropologia - onde a compreensão do dia-a-dia das pessoas que integram as Forças Armadas, sujeitos de sua própria história, é fundamental.²⁷

²⁴ "Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador" (1977) e "Forças Armadas e Política, 1930-1945" (1983). Estes e outros textos do autor sobre o tema foram compilados recentemente em CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

²⁵ CASTRO, Celso [et.al]. *Op. cit.* p. 21-22.

²⁶ Assinados por Maria Celina D'Araújo, Gláucio Dillon Soares e Celso Castro. Cf. *Idem.* p. 22.

²⁷ Para uma relação completa desses estudos, ver: *Idem.* p. 24-26.

Discussão teórico-conceitual

Em estudo apresentado por Ângela de Castro Gomes acerca dos estudos e produções acadêmicas sobre a história política no Brasil, bem como suas fronteiras teórico-metodológicas, a autora mostra a necessidade de se enfatizar "(...) certos temas de análise, o que pode se traduzir pela emergência de "novos" objetos e métodos, ou pelo retorno de "velhos" objetos, revigorados por novas abordagens."²⁸ Diante do exposto, o trabalho de análise histórica do crescimento gradativo de um fenômeno como as lutas político-institucionais dos militares subalternos em prol de suas demandas vem cumprir o objetivo de travar contato com um tema que apenas em tempos mais recentes foi elencado como ponto passível de ser estudado pela historiografia atual.

Além disso, ao elegermos os militares de baixa patente como objetos de análise histórica, com primazia para questões referentes à esfera política, tomada aqui sob contornos mais amplos, procuramos resgatar a voz de um setor social que, em virtude de sua trajetória de ação institucional, sofreria, por excelência, os primeiros expurgos empreendidos após a outorga da “redentora” em março / abril de 1964. Nesse sentido, ao se vislumbrar tal objetivo nos estudos históricos acerca da ação político-institucional dos militares de baixa patente, pontificamos como meta mais geral, ainda segundo o que é colocado por Ângela de Castro, "(...) situar os "estudos políticos" (...) pensando-os como contribuições que alargaram a concepção da política para além da esfera institucional / administrativa e que contemplaram, de forma muito clara, a ação do Estado e de outros agentes coletivos até então praticamente ignorados."²⁹

De maneira geral, os militares subalternos, até mesmo em função de sua condição de membros integrantes da Instituição Militar, e cientes das prerrogativas que isso acarretava, muitas das vezes, em suas demonstrações político-institucionais de força, agiam por canais "extra-oficiais" somente conhecidos pelos mesmos (como, por exemplo, suas entidades associativas). O conhecimento da lógica organizativa e infra-estrutural da Instituição lhes permitia agir no intuito de fazer valer, mesmo que por ações e canais "indiretos", as suas demandas e reivindicações políticas. Com relação a

²⁸ GOMES, Ângela de Castro. “Política, História, Ciência, Cultura, etc.” **In:** *Estudos Históricos*, n.º 17, vol. 9. ANPOCS. 1996. p. 65.

²⁹ *Ibidem*, p. 67.

esse tipo de ação política por "vias indiretas", escreveu Vavy Pacheco Borges: "[...] a noção do político se amplia [...] [ao] incluir o comportamento dos cidadãos diante da política, a evolução de suas atividades ao tomarem posição, deliberada e conscientemente, para intervir nas áreas em que se decidem seus destinos."³⁰

E tal postura se verifica de sobremaneira na organização militar, pois que esta possui um alto grau de ingerência sobre a vida cotidiana daqueles que integram seus quadros institucionais, chegando mesmo a construir uma espécie de "marca indelével" entre seus indivíduos, permitindo-lhes traçarem, com graus consideráveis de autonomia, planos de ação que são de suma importância por representarem a busca por uma lógica existencial estritamente *militar*.³¹ Este pressuposto contrasta com o caráter geral dos estudos acerca dos aspectos organizativos dos militares que tendem a estabelecer a relação destes com as expectativas de grupos políticos destacados do meio civil como a premissa fundamental da ação política dos militares na sociedade. Ao contrário, os militares têm em seus dois princípios basilares (o binômio *hierarquia* + *disciplina*) o ponto de conflito com eventuais motivações para o envolvimento político de indivíduos inseridos na condição existencial militar. E, na existência de premissas políticas coincidentes entre militares e civis, estas ocorrem muito mais por injunção de conjunturas políticas muito específicas de uma ou outra fração social do que uma aliança política mais nítida entre ambos.³² A intromissão de aspectos políticos no cotidiano da caserna põe em risco a lógica existencial hierárquica e disciplinar na Instituição Militar.

Bibliografia

BORGES, Vavy Pacheco. "História e Política: laços permanentes". **In:** *Revista Brasileira de História*. Política & Cultura. ANPUH / Ed. Marco Zero. São Paulo. Vol. 12, n.º 23 / 24. 1992. pp. 07-18.

CARLONI, Karla. *Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas*. Tese de Doutorado. UFF / ICHF. Niterói. 2010.

³⁰ BORGES, Vavy Pacheco. "História e política: laços permanentes." **In:** *Revista Brasileira de História*. Política e Cultura. Editora Marco Zero / ANPUH, vol. 12, n.º 23 / 24. 1992. p. 16 (adendos do autor).

³¹ Conforme definição dada por Goffman para as chamadas "instituições totais". Citado em CARVALHO, José Murilo de. "As forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador." **In:** *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. pp. 13-61.

³² *Ibidem*, p. 233.

CARVALHO, José Murilo de. "As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador". **In:** *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. pp. 13-61.

_____. "Forças Armadas e Política, 1930-1945". **In:** *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. pp. 62-101.

_____. "Vargas e os Militares: aprendiz de feiticeiro". **In:** *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. pp. 102-117.

CASTRO, Celso ; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. FGV / Bom Texto, 2004.

COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade. O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Ed. Forense-Universitária. Rio de Janeiro. 1979.

COSTA, Vânia Ribeiro. "Com Rancor e Com Afeto: rebeliões militares na década de 30". **In:** *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: ANPOCS / Cortez. p. 260-291.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um Olhar à Esquerda. A utopia tenentista na construção do pensamento de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan / São Paulo: FAPESP, 2002.

FERREIRA, Jorge. "A Legalidade Traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961" **In:** *Tempo*, vol. 2, n.º 3. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997. p. 149-182.

_____. "O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964". **In:** FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.) *O Brasil Republicano*. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. vol. 3. pp. 343-404.

_____. "Trabalhadores e soldados do Brasil: a Frente de Novembro". **In:** *Imaginario Trabalhista. Getulismo, PTB e cultura política popular*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 211-276.

GOMES, Ângela de Castro. "Política, História, Ciência, Cultura, etc.". **In:** *Estudos Históricos*, vol. 9, ANPOCS. n.º 17. 1996. pp. 59-84.

HAYES, Robert. *Nação Armada: a mística militar brasileira*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1991.

MOREL, Edgar (org). *A Revolta da Chibata: subsídios para a história da sublevação na esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

MOROSINI, Liseane. *Mais Direitos que Deveres*. Os sargentos e a luta pela cidadania negada. Dissertação de Mestrado. UFRJ / IFCS. Rio de Janeiro. 1998.

MORAES, João Quartim de. *A Esquerda Militar no Brasil*. São Paulo: Siciliano, 1994.

PARUCKER, Paulo. *Praças em Pé de Guerra*. O movimento político dos militares subalternos no Brasil (1961-1964). Dissertação de Mestrado. UFF / ICHF. Niterói. 1992.

PEIXOTO, Antônio Carlos. "Exército e Política no Brasil. Uma crítica dos modelos de interpretação. **In:** ROUQUIÉ, Alain (org.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Ed. Record. Rio de Janeiro. 1992. pp. 27-42.

RODRIGUES, Flávio Luíz. *Vozes do Mar: O movimento dos marinheiros e o golpe de 64*. São Paulo: Cortez, 2004.

ROSAVALLON, Pierre. "Por uma História Conceitual do Político.". **In:** *Revista Brasileira de História*. Historiografia, propostas & práticas. ANPUH / Ed. Contexto. vol. 15, n.º 30. 1995. São Paulo. 1995. pp. 09-22.

ROUQUIÉ, Alain. "Os Processos Políticos nos Partidos Militares no Brasil. Estratégia de pesquisa e dinâmica institucional". **In:** ROUQUIÉ, Alain (org.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1992. pp. 09-26.

STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política. As mudanças de padrões na vida brasileira*. Editora Artenova. Rio de Janeiro. 1994.

_____. *A Vez e a Voz dos Vencidos: militares X militares*. Petrópolis: Vozes, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.